

A SITUAÇÃO ATUAL DOS ÍNDIOS TENETEHARA *

Edson Soares Diniz e Laís M. Cardia

(Universidade Estadual "Júlio de Mesquita Filho", Marília)

INTRODUÇÃO

Tenetehara é a autodenominação que engloba os índios Guajajara e Guajá do Maranhão e os Tembé do Pará, pertencentes ao tronco lingüístico Tupi. Esta comunicação visa a mostrar alguns aspectos da situação atual dos Tenetehara-Guajajara. Estes indígenas convivem com civilizados¹ há mais de três séculos, estando em processo de integração. Apesar da longa convivência com elementos portugueses e depois brasileiros, esse grupo tribal é um dos poucos, em território nacional, que têm aumentado seu contingente populacional e mantido seus padrões culturais básicos, seus componentes estão distribuídos em reservas localizadas nos municípios de Bom Jardim, Barra do Corda, Grajaú e Amarante, tutelados pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), cuja administração é feita localmente por sete postos indígenas.

OS INDÍGENAS

Wagley e Galvão, na primeira parte da década de 1940, foram os primeiros a fazer pesquisa de campo entre os Tenetehara-Guajajara, especificamente na área banhada pelo rio Pindaré². Aqueles por nós visitados, vivem junto aos postos indígenas Pindaré, Guajajara e Bacurizinho. Suas reservas estão localizadas, respectivamente, nos municípios de Bom Jardim (rio Pindaré), Barra do Corda e Grajaú (rio Mearim). No caso da reserva indígena administrada pelo posto indígena Pindaré, embora esteja localizada no município de Bom Jardim, de fato, devido à proximidade (apenas 12 quilômetros) e à facilidade de transporte (fica à margem da rodovia BR-136),

*) — Comunicação apresentada à Sessão de Comunicação Coordenada, intitulada "Terra, Organização Social e Identidade Indígenas", durante a 30ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), realizada em julho de 1978, no *Campus* da Universidade de São Paulo. A pesquisa de campo em que se baseia, foi efetuada em janeiro e em setembro-novembro de 1977.

a maior convivência é com os moradores da cidade de Santa Inês, sede do município do mesmo nome.

De acordo com um censo realizado pelo Serviço de Proteção aos Índios (PI), em 1940, a população Tenetehara-Guajajara atingia 2.000 pessoas³. Em 1967 o montante populacional girava em torno de 4.000 indígenas⁴. Nos dias de hoje, esse contingente demográfico atinge cerca de 5.000 indivíduos.

A interação entre índios e civilizados ocorre através dos vizinhos das reservas, funcionários dos postos indígenas e seus familiares, ocasionais visitantes e moradores das sedes dos municípios onde residem. A principal tônica do processo de integração econômico-social dos Tenetehara-Guajajara, à sociedade envolvente, é a ambivalência de comportamento cultural. Esta é a resultante inevitável dos traumas que vêm enfrentando, nesse prolongado convívio interétnico. A economia foi, certamente, a parte mais afetada pelo embate intercultural, refletindo suas conseqüências em todo o sistema social indígena.

SITUAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL

Na época de pesquisa de Wagley e Galvão⁵ a região habitada pelos Tenetehara-Guajajara ainda era isolada pela distância, carecendo dos principais meios de comunicação. Na atualidade, com a abertura de rodovias interestaduais e intermunicipais, foi possibilitado o tráfego tanto no período chuvoso quanto no seco⁶. Evidentemente que, com o aumento populacional da sociedade envolvente e a mudança proporcionada pela nova situação, as condições econômico-sociais foram sensivelmente dinamizadas.

Os Tenetehara-Guajajara, nos dias de hoje, mesmo descaracterizados culturalmente, conseguem manter sua individualidade. Assim, a língua, a chefia idealmente hereditária, o sistema de parentesco do tipo Hawaiano, a família extensa matrilocal, a descendência bilateral, a poliginia ao lado do casamento predominantemente monogâmico, e o xamanismo continuam operativos. Ainda há restrições às uniões entre primos paralelos e cruzados e outros parentes próximos (tios maternos e paternos), sendo desejável que o casamento ocorra entre pessoas da mesma aldeia.

A economia de subsistência, baseada na agricultura de coivara, na caça e, secundariamente, na coleta e na pesca, é mantida. Mas, a vivência intersocietária levou-os, inevitavelmente, a tornarem-se participantes marginais da economia regional⁷. Em conseqüência disso, dedicam-se à confecção de artesanato para venda e, eventualmente, executam serviços braçais para civilizados vizinhos, serviços esses restringidos por influência do órgão protecionista. Pode-se afirmar que a comercialização do artesanato, muito embora seu preço seja diminuto, constitui uma fonte contínua de obtenção de dinhei-

ro, usado para a compra de bens manufaturados⁸. Essa comercialização é feita na cidade, porém compradores profissionais vão periodicamente às aldeias adquirir novos estoques. Outra fonte de renda, surgida nos últimos três anos, é resultante da aposentadoria, proporcionada pelo Funrural, às pessoas maiores de 65 anos.

INVASÃO DE TERRAS INDÍGENAS

Na área administrada pelo posto indígena Pindaré, os regionais invadem para morar, para fazer roças e para extrair madeira e babaçú. Igualmente furtam gado bovino, pertencente ao posto indígena. Os civilizados moradores da reserva indígena estavam cientes que deveriam retirar-se. O prazo havia se esgotado em 31 de dezembro de 1976. Todas essas tensões, levam à situações conflituosas entre índios e civilizados, havendo ameaças e agressões recíprocas. Os documentos consultados na sede do posto indígena Pindaré e as informações obtidas revelam que aí as disputas são as mais sérias das três áreas visitadas⁹.

No tocante ao território do atual posto indígena Guajajara, encontramos um memorando de 6 de agosto de 1971, em que um funcionário pedia providência ao Encarregado, uma vez que lavradores civilizados, em reincidência, fizeram roças nas proximidades da então existente aldeia Uchoa. O atual chefe desse posto indígena informou que, na época do estabelecimento dos limites da reserva indígena que administra, foram encontradas roças que adentravam a linha divisória. Presentemente, porém, afirmou que não há mais problemas de invasões.

No que diz respeito à área do posto indígena Bacurizinho, encontramos a cópia de um telegrama datado de 21 de junho de 1954, encaminhado pelo Encarregado do então Serviço de Proteção aos Índios em Grajaú, à direção desse órgão. Tratava-se de denunciar uma fazendeira que havia contratado engenheiro para demarcar suas terras, dentro das quais encontravam-se as aldeias Bacurizinho, Bananal, Olho d'Água, Pedra e Sobralzinho¹⁰. Em 4 de dezembro de 1973, o atual Encarregado deu conhecimento ao Delegado da 6ª Delegacia Regional da Fundação Nacional do Índio, em São Luiz, que o proprietário da Fazenda Santa Maria, ao efetuar a demarcação, invadiu 1.500 metros além dos "picos" colocados pelo Serviço de Proteção aos Índios em 1959, os quais assinalavam a divisa da área indígena. Os índios, nessa ocasião, ficaram revoltados com isso e levaram o invasor e seus empregados à presença do Encarregado e, depois de serenados os ânimos, disseram que da próxima vez resolveriam a questão à sua maneira. Em 6 de junho de 1975, esse funcionário voltou a oficialar ao seu superior hierárquico. Comunicava que o mesmo fazendeiro insistia em demarcar sua fazenda com a anexação de uma aldeia e de um centro de lavoura. Também desta vez os índios ofereceram resistência. A situação é tensa, atualmente são três os fazendeiros que pretendem que suas fazendas atinjam parte da terra indígena.

As terras da reserva Bacurizinho ocasionalmente, são invadidas por caçadores “civilizados”. Da última vez, em setembro de 1977, ao serem surpreendidos pelos moradores da aldeia Ipú, retiraram-se imediata e pacificamente.

A invasão das terras dos Tenetehara-Guajajara não é característica da atualidade. Estes indígenas sempre reagiram, enfrentando decididamente os invasores, mas nem sempre obtendo êxito. Referindo-se ao início da década de 1940, Wagley e Galvão assim se expressaram: “(. . .) no Médio Pindaré e Alto Grajaú, os atritos entre brasileiros e Tenetehara, devido à questão de invasão de terras têm sido freqüentes. Mesmo em Colônia Pimentel, não raro, grupos de brasileiros, em desafio à autoridade do Encarregado, penetram em território Tenetehara”¹¹.

CONCLUSÃO

Ao lado de mudanças culturais no sentido da sociedade dominante, percebe-se também uma tendência ao reavivamento dos padrões tradicionais da cultura indígena. Não só através da manutenção da língua¹², mas também do xamanismo e da “festa do moqueado” (ritual de iniciação das jovens). Mas, um dos aspectos que mais evidencia a solidariedade tribal é a defesa de suas terras frente aos invasores e a consciência de que elas são fundamentais para sua sobrevivência como grupo.

Wagley e Galvão concluíram sua monografia, em língua inglesa, afirmando que dentro do tempo de duração de uma geração ou pouco mais, o processo de mudança da cultura, da indígena para a cabocla regional, estaria completado. Porém, na edição em português, reconheceram que foi prematura a afirmativa. De fato, a experiência etnológica nos tem mostrado que outros grupos tribais que enfrentaram situações de contato interétnico semelhante, continuam mantendo os aspectos fundamentais de seu sistema organizatório e sua identidade étnica, apesar de sua incorporação parcial nas subculturas regionais com que convivem.

No caso específico dos Tenetehara-Guajajara, decorridos mais de trinta anos da pesquisa de Wagley e Galvão, com exceção da assimilação ocorrida em casos individuais, como grupo eles mantêm seus padrões culturais básicos, mesmo sem abdicar do uso de bens manufaturados a que já se acostumaram. Um fato que ilustra a relação dialética entre o conservantismo e a mudança cultural é o ritual xamanístico. Assim, enquanto o espírito do *Kaipora* masca e fuma maconha, o espírito do *Karaiú* (civilizado) bebe cachaça.

NOTAS

1) Empregamos os termos “civilizados”, “brancos”, “brasileiros” e “regionais” com o mesmo sentido, isto é, não-índios e pertencentes à sociedade envolvente.

Cf. Wagley, Charles e Galvão, Eduardo — *Os Índios Tenetehara (Uma Cultura em Transição)*. Ministério da Educação e Cultura. Rio de Janeiro, 1955.

3) Cf. Wagley e Galvão, *op. cit.*, p. 22.

4) Bendor-Samuel, David — “Levantamento da Situação dos Guajajara” (Relatório datilografado existente na Funai, em Brasília).

5) Cf. *op. cit.*

6) A estação seca ou “verão” se estende de julho a novembro e a estação chuvosa ou “inverno” vai de dezembro a junho.

7) Os municípios em que estão situadas as reservas indígenas aqui mencionadas, têm suas economias baseadas, predominantemente, na agricultura e na pecuária e, secundariamente, em indústrias ligadas aos setores agrícola e extrativista vegetal. Bom Jardim possuía, em 1970, uma população de 24.991 habitantes; Barra do Corda 57.058 habitantes e Grajaú 33.130 habitantes (dados fornecidos pelo I.B.G.E. de São Luiz).

8) Há indivíduos que melhor entendem o sistema de trocas comerciais dos civilizados, manipulando o sistema indígena em seu próprio proveito.

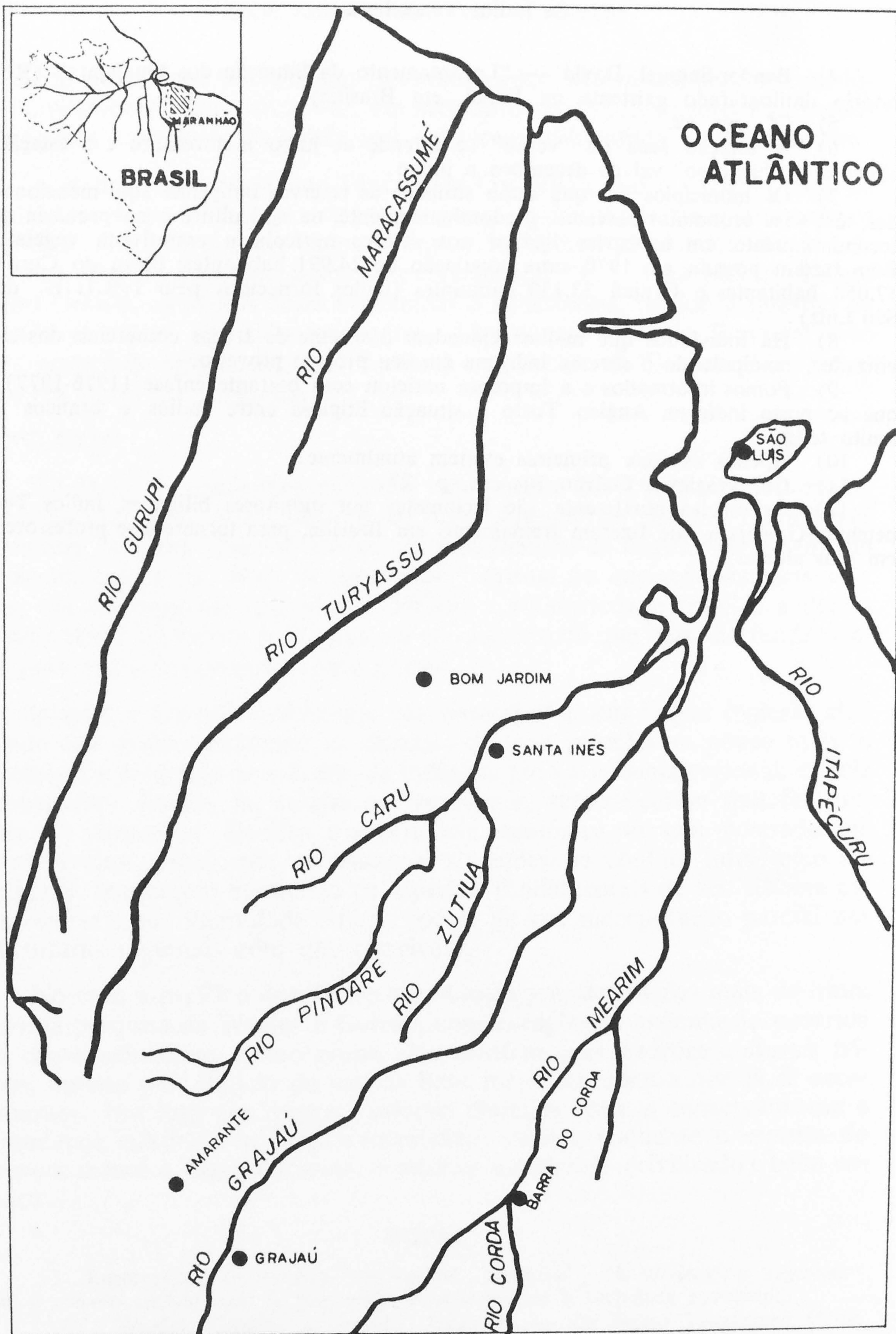
9) Fomos informados e a imprensa noticiou com bastante ênfase (1976-1977), que no posto indígena Angico Torto a situação litigiosa entre índios e brancos é muito tensa.

10) Apenas as duas primeiras existem atualmente.

11) Cf. Wagley e Galvão, *op. cit.*, p. 27.

12) As escolas atualmente são lecionadas por monitores bilingues, índios Tenetehara-Guajajara que fizeram treinamento em Brasília, para tornarem-se professores em suas aldeias.





Localização geográfica dos Tenehara



Localização dos Tenetehara em relação a outros grupos tribais